



## A FAMÍLIA DOS “INÁCIOS”: HERANÇA NOMINAL E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO ENTRE DESCENDENTES DE ESCRAVOS NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.

Rodrigo de Azevedo Weimer<sup>1</sup>

*Introdução: a permuta dos prenomes.*

A escrava Tereza<sup>2</sup> era casada com Manoel Antônio Joaquim. Seu filho Francisco Manoel Antônio<sup>3</sup> teve filhos nomeados como José Francisco Antônio, Manoel Francisco Antônio,<sup>4</sup> Antônio Francisco, Tereza Maria Francisca, Sebastião Francisco Antônio, Adão Francisco Antônio, Severina Maria Francisca, Maria Francisca, Guilherme Francisco Antônio. A recorrência de “Francisco” nessas complexas permutações de prenomes não se deve unicamente ao nome do pai, mas também da mãe, Maria José Francisca,<sup>5</sup> que por sua vez o herdara de seu avô paterno.<sup>6</sup>

A repetição dos nomes de pais e avós não é exclusiva da família em questão, que é, apenas, uma das mais ilustrativas nesse sentido. Na comunidade negra de Morro Alto, da qual os “Tereza” fazem parte, via de regra, livres recebiam a forma como eram denominados como legado de seus pais ou avós escravos ou de ventre-livre. Florêncio Domiciano era filho de Domiciana; Manoel Hortêncio era filho de Hortêncio; Boaventura Teófilo era filho de Teófilo e pai de Salvador Boaventura Teófilo.

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – Brasil. A presente pesquisa contou com o apoio do CNPq – Brasil. E-mail: rod\_weimer@hotmail.com

<sup>2</sup> Nascida em 26 de maio de 1856. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família – doravante IJCSUD – CHF, Microfilme 1391101, Item 4, livro 2 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, doravante citado como livro 2-CA, f. 60v.

<sup>3</sup> Nascido em 17 de março de 1882, de ventre-livre, IJCSUD – CHF, Microfilme 1391101, Item 1, livro 17 de batismos de Conceição do Arroio, f. 72v.

<sup>4</sup> Nascido em 1920. BARCELLOS, Daisy M.; CHAGAS, Miriam de Fátima, FERNANDES, Mariana Balen; FUJIMOTO, Nina Simone; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜLLER, Cíntia Beatriz; VIANNA, Marcelo; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Comunidade negra de Morro Alto. Historicidade, identidade e direitos constitucionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 174.

<sup>5</sup> Nascida em 1/1/1895. IJCSUD – CHF, Microfilme 1444093, Item 8, livro do tabelionato do registro civil de Maquiné, f.110.

<sup>6</sup> O parágrafo é propositadamente confuso, visando exemplificar o estranhamento que necessariamente toma conta do observador desavisado face às intrincadas tramas de parentesco e nominação.



Esses são alguns exemplos, de certa forma arbitrários, escolhidos nos exaustivos levantamentos realizados pela equipe de Daisy Barcellos de como a composição nominal é organizativa do pertencimento familiar na comunidade estudada.<sup>7</sup> Aqui, objetivo investigar em que consiste a especificidade destas práticas de nomenclatura no grupo analisado. Os estudos sobre o tema frequentemente o percebem esvaziado de significados simbólicos e substratos culturais<sup>8</sup>. De forma diferente, proponho uma investigação sobre o que há, se há, de especificamente negro,<sup>9</sup> quiçá africano, nas ditas práticas nominais. Destaco que este é um problema de pesquisa, não um pressuposto.

Para tanto, deter-me-ei de forma mais aprofundada em uma das famílias integrantes daquela comunidade: os descendentes da escrava Felisberta (irmã de Tereza, que deu origem à família apresentada no primeiro parágrafo) e do escravo Manoel Inácio (tio daquela Maria Francisca, que deu origem a imensa prole de “Franciscos”). Manoel Inácio, diga-se de passagem, e muitos depois dele, recebeu seu nome de uma avó, Inácia, escrava crioula nascida no princípio do século XIX.

Ela pertencia a José Marques da Rosa e a sua esposa Isabel Maria Osório, senhores da fazenda do Morro Alto, atual município de Maquiné, litoral norte do Rio Grande do Sul. Teve muitos filhos que aumentaram a escravaria de seus senhores,<sup>10</sup> o que pode lhe ter beneficiado com a liberdade, em algum momento entre 1841 e 1855.

Dois de seus filhos me são particularmente dignos de interesse: Angélica e Ramão. A primeira teve um filho, nascido em 1847<sup>11</sup>, de nome Manoel. Segundo seus descendentes, seu pai era filho de um senhor<sup>12</sup>. O segundo teve uma filha com Severina, filha de uma africana de nome

<sup>7</sup> BARCELLOS *et al.*, *op. cit.*, p. 423-453.

<sup>8</sup> Para um exemplo de abordagens desta natureza, ver HAMEISTER, Martha D. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. 2006. Tese de doutorado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> Negro, aqui, é uma forma abreviada de pretos, pardos, morenos e mistos, presente na documentação cartorial, tendo a clara consciência de que as classificações raciais coetâneas não correspondem à contemporânea. Não obstante, a categoria “negro” era também empregada no dia-a-dia dos descendentes de escravos.

<sup>10</sup> Em 1822, nasceu Severino (IJSUD – CHF –, Microfilme 1391101, Item 3, livro 1 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, doravante citado como livro 1-CA, f. 40-40v); em 1825, Angélica (livro 1-CA, f. 54v); em 1827, Reginalda (livro 1-CA, f. 66v); em 1829, Ramão (livro 1-CA, f. 81v); em 1838, Marinha (IJSUD - CHF, livro 2-CA, f. 1) e em 1841, Inês (livro 2-CA, f. 1). Não se sabe se todas essas crianças sobreviveram, considerando os altos índices de mortalidade infantil, porém tem-se notícias posteriores de Angélica, Reginalda, Ramão e Marinha.

<sup>11</sup> Livro 2-CA, f. 14v-15.

<sup>12</sup> A utilização do sobrenome senhorial, como fazia Manoel Inácio *Marques*, é tomado por seus descendentes como indício do parentesco alegado. Outras famílias utilizaram outros, tais como Silva, Santos, Jesus, Rosa, Fortes, Pastorino, bem como nomes decorrentes de prenomes – *tecnônimos*.



Tereza. Não consegui localizar o registro de batismo da menina, chamada Felisberta, mas estimo em fins da década de 1850, aproximadamente dez anos depois de seu primo.

Este casal de primos constituiu família entre 1881 e 1883 e teve oito filhos<sup>13</sup>. São eles que analiso. O foco neste casal decorre de eles terem vivenciado a transição jurídica do cativo à liberdade e o imperativo de assumir uma identidade civil na sociedade que se desenhava. Analiso também os nomes atribuídos aos seus filhos e netos, a fim de verificar a persistência ou não de uma memória do cativo através do sistema de nomenclatura.

*Eles têm os nomes de seus ancestrais.*

Em 14 de junho de 1937, Rosalina, filha de Felisberta e bisneta de Inácia, ditou uma carta a sua mãe. Seu nome foi registrado como *Rosalina Felisberta Inácia*.<sup>14</sup> No mesmo dia, sua filha Ercília dirigiu versos a sua madrinha Angélica,<sup>15</sup> firmando *Ercília Inácia Marques*, imprimindo ao seu o nome da avó de sua avó. A adoção do nome ancestral como partícula da identificação pessoal foi comum na “*gente da Felisberta*”, bem como na comunidade na qual se insere, de uma forma geral.

No sistema português tradicional de nomenclatura, as mulheres não recebiam os sobrenomes dos pais, mas tinham prenomes compostos nos quais o segundo termo era o prenome materno.<sup>16</sup> Assim, nas aldeias da Beira-Baixa, os filhos recebiam o sobrenome paterno, mas as filhas recebiam apenas o prenome materno como *tecnônimo*<sup>17</sup>, de forma que as filhas de uma Ana chamar-se-iam

---

<sup>13</sup> Pulquéria (nascida em 1881) era filha de Felisberta com outro homem. Manoel também teve outro filho antes de amasiar-se com sua prima, Belisário, filho da escrava Libânea e nascido em 1874. Angélica, primeira filha do casal, nasceu em 1883. Os demais filhos nasceram livres: Raquel (1886), Rosalina, de registro de batismo não localizado, mas de acordo com o inventário de seu pai, nascida em 1885 (APERS, Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, Maço 26 – Auto 814, Estante 159, Ano 1906), Maria (1890), Manoel (1894), Mercedes (1896), Ladislau, de registro de batismo não localizado, mas de acordo com o inventário de seu pai, nascido em 1898 e José, de registro de batismo não localizado, mas de acordo com o inventário, nascido em 1898 e falecido entre 1904 e 1906. IJCSUD - CHF, Microfilme 1391101, livro de filhos livres de mães escravas, e livro 13, 15, 16 e 17 de batismos de livres de Conceição do Arroio.

<sup>14</sup> Documento privado gentilmente cedido para fins de pesquisa pela senhora Aurora Inácia Marques, sobrinha de Rosalina.

<sup>15</sup> Documento privado gentilmente cedido para fins de pesquisa pela senhora Aurora Inácia Marques, prima de Ercília.

<sup>16</sup> SANTOS, Armindo dos. *Antropologia do parentesco e da família*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006. p. 158-159

<sup>17</sup> Por *tecnônimo* entende-se a prática de atribuir ao filho, como segundo termo de um prenome composto, o prenome do pai – ou avós – se legítimo, ou da mãe, se natural. WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC, Brasília: Edunb, 1995, p. 304. Provavelmente essa autora apropriou-se da noção de *tecnônimo* empregada por Lévi-Strauss, isto é, formas de nomeação que situam os indivíduos em relação a um determinado familiar. LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970, p. 222



Luiza Ana e Lúcia Ana, e as filhas de Luiza Ana receberiam os prenomes da avó e da tia, e o prenome da mãe como *tecnônimo*: Ana Luiza e Lúcia Luiza.

Ao menos nos casos por mim estudados na fazenda do Morro Alto, sustento que esse modelo foi parcialmente transposto. No caso dos escravos, porém, era extensivo aos filhos do sexo masculino, devido aos baixos índices de legitimidade formalmente reconhecida como tal. Por não terem pais assim reconhecidos, a geração nascida sob a vigência do cativo – ou os filhos considerados naturais, na geração posterior – trouxeram para si os prenomes de suas mães.<sup>18</sup> Tanto Angélica quanto Ramão, filhos de Inácia, aparecem na documentação<sup>19</sup> de batismo de filhos, netos e afilhados como Angélica Inácia<sup>20</sup> e Ramão Inácio.<sup>21</sup>

Não pretendo uma transposição mecânica de modelos europeus. Se as práticas nominais lusas encontraram adesão por parte de famílias de cativos, era por terem repercussão em suas concepções quanto ao papel desempenhado pela nomeação. Sem pretender generalizações ao conjunto plural das sociedades africanas, vale a pena lembrar que Durand e Logossah,<sup>22</sup> verificaram ser comum na África colonial francesa de meados do século XIX a homenagem à memória de um ancestral ou de um pai ou mãe falecido ao atribuir às crianças o seu nome.

Além de ser etnocêntrico ignorar o evidente fato de que muitas sociedades africanas se organizam por sistemas de linhagens, fugir do debate acerca destas heranças no Novo Mundo seria

<sup>18</sup> Jean Hébrard verificou, entre os libertos baianos de fins do século XIX, a alta incidência de nomes compostos. HÉBRARD, Jean. *Esclavage et dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIXe siècle*. Cahiers du Brésil Contemporain, n° 53/54, 2003, p. 88-90.

<sup>19</sup> Ramão Inácio também na memória de netos.

<sup>20</sup> Foi denominada Angélica Inácia de Jesus em 1884, quando do nascimento de Eufrásia, sua neta filha de Serafina Pastorina (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391100, It. 4, livro 13 de batismos de Conceição do Arroio, f. 18); em 1894, por sua vez, seu nome foi registrado como Angélica Inácia, por ocasião do nascimento de Luiz, filho de seu filho Herculano Francisco Pastorino (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, Item 1, livro 16 de batismos de Conceição do Arroio, f. 56).

<sup>21</sup> Em 1883, por ocasião do nascimento de seu filho Joaquim, seu nome foi grafado como Romão Inácio Marques (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391100, It. 3, livro 12 de batismos de Conceição do Arroio, f. 123). Em 1887 veio ao mundo Idalina, e o nome de seu pai também foi escrito dessa maneira. Na mesma ocasião, ele foi padrinho da pequena Siberina, sendo denominado da mesma forma (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391100, It. 5, livro 14 de batismos de Conceição do Arroio, f. 73v). Finalmente, sua esposa Francisca Maria da Silva deu a luz a José. O registro foi realizado duas vezes, em 1888 e 1891, por razão que desconheço. Na primeira ocasião, foi identificado como Romão Inácio, e na segunda, como Romão Inácio de Oliveira (IJCSUD - CHF, Mcf. 1391100, It. 6, livro 15 de batismos de Conceição do Arroio, f. 11 do suplemento, e f. 99). A designação “Inácio” foi um signo identitário relevante não apenas para ele, mas também para seus descendentes. Eles são, até hoje, conhecidos na localidade de Morro Alto como a *gente* dos “Inácios” ou dos “Ramão”. Certamente a memória de Inácia está perdida, mas Ramão ainda é recordado por seus netos.

<sup>22</sup> DURAND, Guillaume e LOGOSSAH, Kinvi. *Les noms de famille d'origine africaine de la population martiniquaise d'ascendance servile*. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 132.



estar de fora das discussões de ponta a respeito do tema realizadas pela historiografia brasileira.<sup>23</sup> Mattos sublinha que a formação de uma comunidade escrava passou pela ressignificação do sistema de linhagens.<sup>24</sup> Refinarei este argumento na parte final do artigo. Por ora, adianto que “*encontrei uma África*”. Porém, ela não é autoevidente, foi ressignificada, e para apresentá-la terei de, antes, desenvolver um pouco mais a análise das formas de nomenclatura.

Hébrard<sup>25</sup> afirma que, estigmatizada pela condição de filho natural, a criança escrava figurava como bem móvel, inscrita, assim, em uma linhagem, mas como patrimônio senhorial. Procuo demonstrar, porém, que as famílias escravas empregaram esforços no sentido de minimizar a marginalização. Para tanto, se não empregaram sobrenomes inacessíveis, perpetuaram no segundo termo de nomes próprios compostos – *tecnonímicos* –, ou mesmo nos prenomes, a lembrança de uma linhagem cujo pertencimento não se queria esquecer.

Manoel, filho de Angélica, foi referido diversas vezes como Manoel Inácio durante a escravidão. Alforriado em 1884, quando foi mencionado apenas como Manoel,<sup>26</sup> apareceu contudo como Manoel Inácio no inventário de sua senhora Isabel Maria Osório, em 1867,<sup>27</sup> e foi padrinho de batismo de cinco crianças na segunda metade do século XIX mediante tal denominação.<sup>28</sup> Em dois casos o padrinho foi apontado não apenas como “Inácio”, como também com o sobrenome *Osório Marques*, que é o mesmo que figura em seu inventário de 1906.<sup>29</sup>

<sup>23</sup> Para uma revisão crítica, ver FARIA, Sheila. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Tempo Niterói, vol. 11, nº 22, janeiro, 2007. p. 122-146. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=50>>. Acesso em: 31/1/2013

<sup>24</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*. Significados da Liberdade no Sudeste Escravista. Brasil, século XIX. 1ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 145.

<sup>25</sup> HÉBRARD, Jean. *Op. cit.*, p. 74.

<sup>26</sup> SCHERER, Jovani e ROCHA, Marcia (coord). *Documentos da escravidão. Catálogo seletivo de cartas de liberdade. Acervos dos tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul*. Volume 1. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/CORAG, 2006. Disponível em: < [http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1169142561.Cat\\_Sel\\_Cartas\\_Liberdade\\_Vol\\_1.pdf](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1169142561.Cat_Sel_Cartas_Liberdade_Vol_1.pdf)>. Acesso em 31 de março de 2011, p. 242.

<sup>27</sup> APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867.

<sup>28</sup> IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 5, livro 3 de batismos de escravos de Conceição do Arroio, f. 11 ano de 1862; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 1, ano de 1871; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 62v, ano de 1879; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f. 97v, ano de 1884; IJCSUD - CHF, Mcf. 1391101, It. 6, livro de filhos livres de mães escravas de Conceição do Arroio, f.102v-103, ano de 1884. O primeiro batismo é de Filomena, sua prima, filha de Ramão, e futura cunhada.

<sup>29</sup> APERS – Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159, caixa 027.0335, auto n. 814, inventário e testamento de Manoel Inácio Osório Marques, ano de 1906. Ainda em correspondência esparsa a ele dirigida na virada do século XIX para o século XX, em poder de sua neta Aurora Inácia Marques, aparece como Manoel Inácio,



O *tecnônimo* inscreve a *persona* social da criança na memória familiar. Esta prática foi observada, entre os camponeses negros do Morro Alto, em 1978, por Corrêa:

A gente do Morro Alto tem jeitos curiosos de botar apelidos nas pessoas. É costume, por exemplo, acrescentar ao primeiro nome, mais outro que é, por sua vez, o primeiro nome da mãe ou do pai. Assim, tem o Antônio “Teresa”, o Pedro “Serafina”, o João “Jenuca” (apelido de Januária), o Antônio “Rosa”. (...) Aliás, é sistema antigo e estas denominações emprestadas, com o advento dos registros de nascimento oficiais, os cartórios, muitas vezes terminaram por tornar-se nomes de família.<sup>30</sup>

Para Ellen Woortmann,<sup>31</sup> entre os sitiantes de Sergipe no século XX, a utilização do prenome paterno junto ao do filho<sup>32</sup> remete ao pai biológico e ao *sítio* deste. A autora atribui o uso do *tecnônimo* à pertença familiar e aos vínculos de territorialidade com o terreno familiar, o que também foi verificado, nas Antilhas do século XIX, entre descendentes de escravos, por Myriam Cottias.<sup>33</sup>

A atribuição do nome de um ancestral, no entanto, embora possua aspectos patrimoniais, não esgota nisso seu significado, cumpre, também funções *simbólicas*, ao situar o indivíduo em uma filiação e ao marcá-lo de forma definitiva. Conforme assinala Ricœur,

Cada um de nós tem um nome que não deu a si mesmo, que recebeu de outro: em nossa cultura, um patronímico que me situa numa linha de filiação, um nome que me distingue na fratria. Esta palavra de outrem, depositada sobre uma vida inteira, ao preço das dificuldades e dos conflitos que se conhecem, confere um apoio de linguagem, um aspecto decididamente auto-referencial, a todas as operações de apropriação pessoal que gravitam em torno do núcleo mnemônico.<sup>34</sup>

O autor refere-se aos patronímicos, mas podemos utilizar os mesmos argumentos no que toca aos *tecnônicos*. Barcellos sublinha que “relacionar família à nome é um modo de defini-la. É também um modo de marcar a fundação de uma família. O pertencimento familiar associa-se ao nome que por sua vez pode estar ligado a um lugar de origem”.<sup>35</sup>

A utilização da dita forma de nominação remete, no entanto, aos tempos da escravidão e, portanto, a um momento de não-propriedade da terra, no caso aqui estudado. Sendo assim, a tônica

---

assim como em guias de pagamentos de impostos (em poder de descendentes e também registradas Livro de impostos – 1904 – Arquivo Histórico de Osório, f. 15).

<sup>30</sup> CORRÊA, Norton. *Os negros do Morro Alto – costumes*. Correio do Povo, Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1978.

<sup>31</sup> WOORTMANN, Ellen, *Op. cit.*, p. 304.

<sup>32</sup> No caso analisado pela autora, utiliza-se a partícula “de” na composição do *tecnônimo*. “O *tecnônimo* é do tipo José de Carolindo, isto é, José filho de Carolindo” (WOORTMANN, Ellen, *Op. cit.*, p. 304). Em Morro Alto, o emprego dessa partícula é raro. Seria mais comum, utilizando o exemplo da autora, o formato “José Carolindo”.

<sup>33</sup> COTTIAS, Myriam. *Le partage du nom. Logiques administratives et usages chez les nouveaux affranchis des Antilles après 1848*. Cahiers du Brésil Contemporain, n° 53/54, 2003, p. 172.

<sup>34</sup> RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 139.

<sup>35</sup> BARCELLOS, Daisy M. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. 1996, Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.



de sua utilização é demarcar a pertença familiar.<sup>36</sup> A cabo de algumas gerações, aquilo que anteriormente foi um prenome transmuda-se em um sobrenome. É o que ocorre na família estudada, na qual “Inácio” é cultivado como o sobrenome do avô, mas não se tem mais em vista que era o prenome da avó materna daquele avô.

Os prenomes de mães e avós, adotados como *tecnônicos*, identificavam ramos familiares, mas também o pertencimento comunitário e a “resistência do grupo em ser identificado apenas por nomes que não falam de suas raízes – a origem escrava africana – e sim do vínculo com os senhores”.<sup>37</sup> Gutman observa que a adoção de nomes oriundos da própria família escrava ressaltava identidades sociais que extrapolavam o vínculo com os senhores de escravos.<sup>38</sup>

Raquel e Ladislau não se casaram. José faleceu ainda criança. Angélica teve um filho sem se casar, e Rosalina, dois. Um deles foi a mim referido como Manoel Rosalina, tendo herdado o *tecnônico* de sua mãe, e a outra, Ercília, assumiu o nome do marido – mas quando solteira, conforme visto, era Ercília *Inácia*. Também sua tia Mercedes assumiu o nome do esposo, não passando “Inácio” aos seus filhos, que receberam *tecnônicos* da família paterna. Maria, porém, o transmitiu às suas filhas moças, enquanto os rapazes receberam o *tecnônico* “Timóteo”, de seu marido. Todos os filhos, e alguns netos, do único filho homem que se casou, Manoel Inácio Filho, são conhecidos como “Inácios”.

Mesmo quando o *tecnônico* “Inácio” não foi transmitido, persistiu o uso de um nome de vizinhança herdado. Perguntada acerca de seu nome de solteira, Eva, filha de Mercedes, de assinatura Eva Marques Correia, parou para pensar um pouco e, por fim, concluiu por Eva Mercedes Marques, assumindo o prenome materno como *tecnônico*.<sup>39</sup> Mais do que *rememorando* seu nome de solteira, dona Eva o estava *compondo* de acordo com a lógica local de sua formulação, e por fim terminou por acrescentar ao seu o de sua mãe. Da mesma forma, quando lhe perguntei o nome de sua mãe, Eva respondeu “Mercedes Felisberta do que, rapaz?”.<sup>40</sup> Não havia, portanto, uma determinação *estrutural* acerca do formato de tais nomes, mas uma utilização *situacional* a partir de um idioma coletivamente compartilhado.

<sup>36</sup> A não ser que consideremos a hipótese do nome como demarcador do vínculo territorial com raças familiares no interior da propriedade escravista.

<sup>37</sup> BARCELLOS *et. al.*, *op. cit.*, p. 219.

<sup>38</sup> GUTMAN, Herbert. *The Black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books, 1976, cap. 6.

<sup>39</sup> Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 12 de março de 2010 no Caconde. Dona Eva tinha 88 anos no momento da entrevista.

<sup>40</sup> Entrevista com dona Eva Marques Correia no dia 14 de janeiro de 2009 no Caconde.



Dona Maria *Belizário*, como referida por sua prima Eva, destacou, enfaticamente, que embora ela e seus irmãos utilizassem o prenome de seu pai junto aos seus, *tinham sobrenome*. Esse esclarecimento pareceu uma questão de honra: ela não quis dar margem a dúvidas de que Belizário legou sobrenome a seus filhos. Todavia, embora o “nome de assinatura” fosse “certinho”, só se usava quando precisava. Já os *tecnônicos* eram “só porque queria chamar assim”, mas eram usados “toda vida” se não houvesse necessidade de utilização do “nome de assinatura”. A fala da entrevistada remetia, ao mesmo tempo, a um orgulho e um reconhecimento da necessidade de ter sobrenomes para o diálogo com a sociedade envolvente, e ao uso paralelo de nomes reconhecidos como comunitários.<sup>41</sup>

A identidade da “*gente da Felisberta*” como uma família de “Inácios” extrapola o vínculo com a ancestral fundadora da linhagem, que se esvaiu: Inácia perdeu-se no mar da memória. Mas os descendentes de Ramão Inácio e de Manoel Inácio – que têm a firme convicção de serem aparentados, mesmo não se recordando de Inácia – mantêm a designação de “Inácios” em referência a Ramão e a Manoel como ancestrais fundadores que passaram pelo cativeiro. Tomaram o lugar de Inácia como longínqua ancestral cativa. Uma neta de Manoel, Diva Inácia Marques Terra – Terra por parte de seu marido –, optou por legar a seus filhos o sobrenome “Inácio”, herdado do bisavô das crianças, em lugar do “Marques” de sua família paterna, o que demonstra que a reverência ao ancestral pode superar o orgulho de portar o sobrenome senhorial.

Se há paralelismo entre o uso de *tecnônicos* e sobrenomes, os mesmos puderam ser mesclados na auto-identificação. Não raro, os *tecnônicos* foram incorporados aos “nomes de assinatura”, mesmo face à legalidade. Nos anos de 1960 e 1970, tramitou em Osório um processo de usucapião de terras em Morro Alto por parte da empresa José Agostinelli S.A. Descendentes de escravos herdeiros da doação de um terreno legado pela senhora Rosa Osório Marques contestaram a ação, alegando que o testamento previa uma cláusula de usufruto inalienável e hereditário para os descendentes daqueles herdeiros, e acusaram a empresa de má-fé e de ludibriar uma das famílias envolvidas, que efetuara a venda de um terreno que não podia ser alienado<sup>42</sup>.

<sup>41</sup> Entrevista com dona Maria de Oliveira Caetano no dia 23 de janeiro de 2009 em Osório.

<sup>42</sup> Para detalhes, ver BARCELLOS et al., op. cit. e CHAGAS, Miriam de Fátima. *Reconhecimento de direitos face aos (des)dobramentos da História: um estudo antropológico sobre territórios de quilombos*. 2005. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.



A fim de qualificar-se como parte do processo, em petição de 15 de dezembro de 1972,<sup>43</sup> a senhora Aurora – neta de Felisberta – *apresentou-se*. Requeria admissão tendo em vista ser viúva de um integrante da família ludibriada. Segundo me confiou a então requerente, Agostinelli enganara sua cunhada, Iraci Olina, e sua sogra, Olina Gonçalves da Silva, filha da escrava Eufrásia. As duas acabaram por vender o terreno familiar. A parte de seu falecido marido, porém, Antônio Olina da Silva, jamais fora vendida. “Eu não vendi a minha parte”, afirmou, com convicção.<sup>44</sup>

Aurora identificou-se no processo como Aurora Inácia Marques, isto é, realizando uma adição de seu *tecnônimo* – o “Inácia” da esquecida avó de seu avô, demarcando um pertencimento familiar remetendo à ancestralidade – com um “Marques” que também, de certa forma, a sublinhava como pertencente à linhagem de Manoel Inácio. E, o que é ainda mais impressionante, o fez no caso de uma representação legal, no diálogo com a oficialidade.

A prenominação era tão importante quanto os *tecnônimos*, no que toca à recuperação de uma ancestralidade. A antropologia utiliza o termo *stock* nominal para se referir ao repertório socialmente disponível de prenomes.<sup>45</sup> A “reutilização” de prenomes portados por ancestrais não é novidade para antropologia,<sup>46</sup> e tampouco, para a historiografia sobre o pós-Abolição.<sup>47</sup> É claro que o conjunto de prenomes socialmente “disponíveis” não é estático, sendo objeto de constante renovação.

---

<sup>43</sup> Fórum de Osório, Cartório da 1ª vara civil e criminal, auto 175/66, 1966. Processo de usucapião movido por José Agostinelli S/A – Comércio, Agricultura e Pecuária.

<sup>44</sup> Entrevista realizada com dona Aurora Inácia Marques da Silva, senhor Celso Rodrigues Terra e dona Diva Inácia Marques no dia 28 de novembro de 2001 em Osório.

<sup>45</sup> ZONABEND, Françoise. Pourquoi nommer? In: BENOIST, Jean-Marie *et al.* *L'Identité. Séminaire interdisciplinaire dirigé par Claude Lévi-Strauss, professeur au Collège de France, 1974-1975*. Paris: Quadrige / PUF, 1995 [1974-1975], p. 258. Na obra de Lévi-Strauss (*op. cit.*, p. 200-204), aquilo que outros autores viriam a, posteriormente, qualificar como *stocks* nominais demonstra a vinculação entre a individualização expressa nos nomes e os sistemas classificatórios sociais. “Cada clã ou subclã possui um conjunto de nomes, cujo uso é reservado a seus membros e, da mesma forma que o indivíduo é parte do grupo, o nome individual é uma ‘parte’ da denominação coletiva”. (LÉVI-STRAUSS, *op. cit.*, p. 204) É verdade que em sociedades complexas os *stocks* nominais não possuem o exclusivismo dos clãs e subclãs mencionados pelo autor; contudo, existe a utilização *preferencial* de certo conjunto de nomes por determinado grupo social, a exemplo das famílias descendentes de cativos.

<sup>46</sup> STAHL, Paul (org.) *Name and social structure. Examples from Southeastern Europe*. New York: East European Monographs, Boulder, Columbia University Press, 1998. MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003 [original de 1938].

<sup>47</sup> RIOS, Ana L. *Família e Transição (famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920)*. 1990. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 48-49. SLENES *apud* RIOS, *op. cit.*, p. 48.



Um estudo que observou de forma pioneira as práticas de atribuição de prenomes de integrantes da família aos filhos de escravos é o de Hackenberg.<sup>48</sup> A autora trata do período escravista e seus resultados apontam uma proporção de 39% de nomes tomados a familiares dos cativos na fazenda de Cabussú. No período em liberdade, veremos, encontrei percentagens superiores, que podem expressar, contudo, um acompanhamento regular dos vínculos patrilaterais por mim, que verifiquei não apenas registros de nascimento, mas também relatos de história oral.

Guedes, ao analisar uma família de descendentes de escravos (durante a primeira metade do século XIX), constatou que entre primos de quarta geração, a proporção de prenomes compartilhados era superior a 50%, afirmando tratar-se de escolhas intencionais que expressavam sentimentos de família.<sup>49</sup> Para realizar cálculo similar, considereei filhos e netos daquele casal. Considerando que a documentação pode conter lacunas e, além disso, os vínculos genealógicos patrilaterais são falhados, é provável que minhas referências a prenomes “herdados” estejam subavaliadas.

Considerando toda família, veremos que, de 39 indivíduos, 22 receberam prenomes idênticos a familiares de gerações anteriores.<sup>50</sup> Tal proporção, 54%, é similar à constatada por Guedes. No entanto, desconsiderando os “ramos” de Belizário e Pulquéria, que afinal são considerados ilegítimos e nos quais o repertório de familiares a homenagear por mim conhecidos cai pela metade,<sup>51</sup> tem-se um total de 26 pessoas, das quais 17 com herança nominal por mim conhecida. Considerando apenas filhos de ambos integrantes do casal, a utilização do *stock* nominal familiar nas gerações de filhos e netos de escravos sobe para 65%.

Quatro meninos receberam os prenomes de seus avôs e apenas duas garotas foram nomeadas com os prenomes de suas avós. Este aspecto pode ser explicado pelo prestígio de Manoel Inácio

---

<sup>48</sup> HACKENBERG, Carla Casper. *Famílias em cativeiro. Uma negociação entre escravos e proprietários na fazenda Cabussú, Rio de Janeiro (1780-1830)*. 1997. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Para estudos antropológicos que abordam a mesma temática, ver BARCELLOS *et al.*, op. cit. e MÜLLER, Cíntia Beatriz. *Comunidade Remanescente de Quilombos de Morro Alto: uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de “remanescentes de quilombos”*. 2006. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>49</sup> GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro. Trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 297.

<sup>50</sup> Em estudo anterior constatei que, no vizinho município de São Francisco de Paula, “se o *stock* de sobrenomes majoritariamente provinha dos ex-senhores, os prenomes eram abastecidos em suas próprias famílias”. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade. Ex-escravos na Serra Gaúcha no pós-Abolição*. São Leopoldo: Oikos/ Editora da UNISINOS, 2008. p. 328.

<sup>51</sup> Isto é, os descendentes de Pulquéria só homenageariam os familiares de sua mãe Felisberta, e os de Belizário, apenas os de seu pai Manoel Inácio. Desconheço o nome do pai de Pulquéria e tenho contato apenas parcial com a genealogia da mãe de Belizário.



como patriarca daquela família. Ele acumulou um pecúlio, trabalhando como carpinteiro nas casas dos grandes fazendeiros da região, que lhe permitiu adquirir um terreno para os filhos. O protagonismo na ascensão social que levou aquela família de ex-escravos despossuídos à condição de camponeses negros, a lembrada condição de filho de um senhor de escravos e, possivelmente, o precoce falecimento, levaram a uma reverência por parte de sua descendência. *Todos* filhos e filhas que tiveram filhos do sexo masculino nomearam um filho, até onde pude constatar, o primogênito, como Manoel: inclusive o “ilegítimo” Belizário. Isso reforça o argumento de que a repetição nominal entre gerações não é resultado de mera casualidade, mas de uma comunhão identitária significativa.

Realizou-se levantamento, entre os 22 descendentes de escravos de prenomes reconhecidamente tomados a familiares, da condição jurídica daqueles que emprestaram prenomes às crianças. O resultado é impressionante: 15 deles, ou 68%, eram escravos, sendo dois de “ventre-livre”, quatro livres e um de condição ignorada. Descontando três Josés – prenome presente tanto entre antepassados escravos como em um liberto, não havendo como saber a quem se homenageou –, tem-se, ainda assim, a não-desprezível quantidade de 12, ou 54%. Esses dados sugerem uma preferência por ancestrais que viveram a experiência do cativo. Se o nome familiar é um classificador de linhagens, que inscreve o indivíduo desde o nascimento em uma filiação,<sup>52</sup> essa filiação parece vinculá-los intimamente a uma memória familiar que remonta ao cativo.

Poder-se-ia objetar que não se trata de uma preferência por ancestrais escravos, mas de uma decorrência implícita do fato de boa parte dos ancestrais disponíveis ter passado pelo cativo. No entanto, isso não parece fundamental. Não houve uma preferência pelos ancestrais livres, que correspondiam apenas a 18% daqueles que cederam prenomes a sobrinhos e netos. Havendo ancestrais livres – sobretudo considerando serem mais “bem-sucedidos” –, por que se buscou nos escravos o prenome a dar aos seus filhos? Por que não há Serafinas, Clementinas, Herculanos, Luizes e Ermenegildos no repertório nominal familiar?<sup>53</sup>

<sup>52</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude, *op. cit.*, p. 224; ZONABEND, Françoise, *op. cit.*, p. 257.

<sup>53</sup> Serafina, Clementina, Herculano e José eram meio-irmãos de Manoel Inácio, filhos de Angélica Inácia. Foram alforriados ainda crianças, no inventário de sua senhora, em 1867 (APERS, Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio, estante 159, caixa 026.0306, auto n. 99, inventário de Isabel Maria Osório, ano de 1867). Herculano tinha dez, Serafina nove, Clementina sete e José três anos. Para os quatro, foram apresentadas as quantias pelas quais foram avaliados no inventário da senhora. Em se tratando de menores, provavelmente sua alforria foi bancada pelo pai biológico, que os reconheceu no momento de seu testamento. Isso é reforçado pelo fato de que seu meio-irmão Manoel Inácio não foi alforriado naquele momento. Vale lembrar que Clementina era afilhada de sua senhora. Luiz era o nome do marido e Ermenegildo, de um dos filhos de Serafina. É importante observar que Serafina, Clementina, Herculano e



Em sua teorização sobre a nomenclatura, Lévi-Strauss propôs que, ao nomear, classifica-se a si mesmo.<sup>54</sup> O tipo de característica realçada através do nome diz respeito a como pretende ser visto aquele que o escolhe. *X* classifica-se ao designar *Y*. Considero convincente a argumentação do autor, percebendo que ao dar aos filhos os prenomes de ancestrais escravos, a família identificava-se como um grupo social oriundo do cativo e cuja memória era desejável sua preservar ao longo das gerações.<sup>55</sup>

O massivo predomínio de ancestrais cativos entre os “doadores” de nomes torna-se mais impressionante quando se leva em conta que o século XIX conheceu uma ética de silêncio quanto à “cor” e à experiência escrava pretérita em momentos de igualdade formal.<sup>56</sup> A abolição da distinção entre homens livres e escravos maximizou tal processo. O silenciamento, contudo, parece ter-se dado no espaço público. Muitas das famílias mais antigas e estruturadas continuaram a organizar-se internamente como *grupos invisíveis*.<sup>57</sup> Permanecia acesa, assim, impressa nos nomes, nas marcas mais individuais de identidade social, a memória do cativo.

Em estudo acerca da mobilidade social de forros na primeira metade do século XIX na freguesia de Porto Feliz, São Paulo, Guedes procurou enfatizar os vínculos verticais manejados pelos antigos escravos para obter a ascensão social.<sup>58</sup> A ênfase aqui dada é diferente: a exemplo de Rios,<sup>59</sup> meus dados apontam para solidariedades horizontais e familiares no ato de nomear. A adoção do sobrenome senhorial não dá conta das relações identitárias tecidas pelos antigos cativos, que transmitiram aos bebês *tecnonímicos* das gerações antepassadas e prenomes minuciosamente escolhidos em um repertório nominal alimentado por tios, avós e tios-avós, frequentemente escravos.

O foco de análise nos sobrenomes senhoriais não é inocente, já que privilegia os vínculos verticais com os antigos senhores e oculta os laços horizontais inter e intrafamiliares. Embora se trate de um problema de acesso às fontes, é necessário um esforço para fugir dos nomes informados pela *oficialidade*, sob a pena de nos restringirmos aos utilizados em contextos *oficiais*. É evidente, e

---

José não receberam o *tecnonímico* da mãe, e sim o *tecnonímico* e o sobrenome de seu pai, que os legitimou chamando-se, assim, Serafina Francisca Pastorina, Herculano Francisco Pastorino, etc. Não eram *Inácios*.

<sup>54</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude, *op. cit.*, p. 212.

<sup>55</sup> Isso não quer dizer, contudo, que não tenha havido flutuações nas *dinâmicas* desta memória.

<sup>56</sup> MATTOS, Hebe M. *op. cit.*

<sup>57</sup> COHEN, *apud* MATTOS, Hebe. *Marcas da Escravidão. Biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. 2004. Tese de Professor Titular em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 88

<sup>58</sup> GUEDES, Roberto, *op. cit.*

<sup>59</sup> RIOS, Ana, *op. cit.*



neste estudo temos exemplos, que os nomes utilizados na informalidade perpassam e se permitem eventualmente transparecer em documentos escritos. Mas, para registrá-los de forma conveniente, o historiador deve adequar seu olhar.

A nomenclatura utilizada – não apenas sobrenomes e *tecnônicos*, mas também prenomes – era objeto de orgulho e individualização na vida em liberdade. Convém destacar a diferença entre ambientes públicos e privados no que toca à preservação da memória do cativo. Se essa não era destacada em ambientes públicos no pós-Abolição, devido à carga simbólica negativa associada, isso não significa que o cativo e as referências a familiares que por ele passaram deveriam ser esquecidas.

As memórias familiares – inclusive as do cativo – foram acionadas ao demarcar *tecnônicos* perenes ao tempo e um *stock* de prenomes acionado até, pelo menos, a segunda geração após o cativo. Se os prenomes vinculam o sujeito a um personagem em específico que se pretende homenagear – mas coletivamente inscrito na experiência escrava –, o *tecnônico* determina seu pertencimento a todo ramo familiar.<sup>60</sup> Tais marcas não eram superficiais. Foram impressas no signo identitário mais íntimo e específico: o nome.

#### *Os tecnônicos eram especificidade das famílias negras?*

Poder-se-ia questionar a especificidade do uso de *tecnônicos* nesse grupo. Até que ponto a prática prevalecia entre negros e até que ponto ela era compartilhada por outros grupos? Os registros civis permitem uma aproximação. Classificando-os empiricamente, conforme a origem dos sobrenomes registrados – descendentes de italianos, alemães, poloneses, portugueses, famílias de origem étnica variada, não identificados, e, dentre os sobrenomes lusos, os identificados como não-brancos pelos documentos –, verifica-se que entre os primeiros os nomes próprios adotados como sobrenomes e os *tecnônicos* são insignificantes.<sup>61</sup> Entre os lusos, porém, tais formas de compor os sobrenomes atingem 40% e, entre os apontados como negros, aproximam-se de 60% dos

<sup>60</sup> WOORTMANN, Ellen, *op. cit.*, p. 304.

<sup>61</sup> A distinção aqui estabelecida diz respeito à herança de um nome paterno, materno ou de avós como segundo termo de um nome – *tecnônico* – ou a um sobrenome, nos mesmos moldes usuais, porém com o significante de um prenome luso – Lucas, Mateus, etc.



sobrenomes.<sup>62</sup> Tais evidências oferecem sustentação à ideia de que tais práticas nominativas podiam possuir uma origem portuguesa, mas demonstrar ainda maior difusão entre indivíduos de origem africana.

**Tabela – Difusão de *tecnônicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios conforme o grupo étnico-racial (décadas 1880-1940)<sup>63</sup>**

	Pai	Mãe	Regis- trados	Total de indivíduos com <i>tecnônicos</i> ou sobrenomes compostos de prenomes	Total de indivíduos	%
Pretos, pardos, morenos e mistos	102	89	71	262	453	57,84
Ítalo-descendentes	1	0	5	6	409	1,47
Luso-descendentes	194	203	175	572	1430	40,00
Teuto-descendentes	12	5	7	24	399	6,02
Famílias de origem étnica variada	76	42	53	171	1232	13,88
Descendentes de poloneses	0	0	0	0	6	0,00
Não-identificados	0	0	1	1	63	1,59

**Gráfico – Presença de *tecnônicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios (décadas de 1880-1940)<sup>64</sup>**



<sup>62</sup> Lembrando-se que muitos dos que aparecem como “lusos” nos registros podem ter uma origem africana que não recebeu registro. Desse prisma, boa parte dos 40% de *tecnônicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios encontrados nesse grupo social podem-se dever a indivíduos negros que não foram assim apontados.

<sup>63</sup> Fonte para 1914-1924: IJCSUD – CHF, Mcf. 1444093, It. 8-9; para 1929-1949: Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas de Maquiné: livros A3, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11 e A12.

<sup>64</sup> Fonte: ver nota anterior.

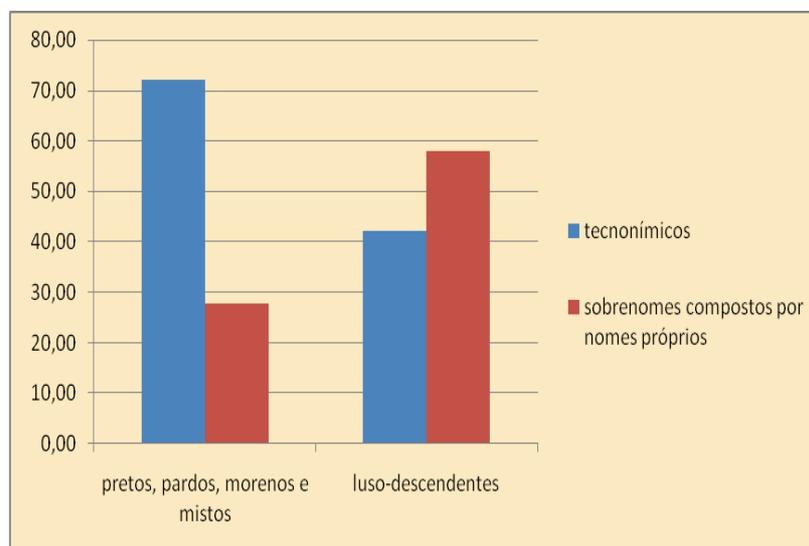


Sobrenomes compostos por prenomes – tais como Cândido, Francisco – foram outrora, muito provavelmente, *tecnônicos*. No entanto, entre os portugueses eles tornaram-se nomes de família, “institucionalizando-se” de forma mais intensa do que entre os negros. Fazendo cômputo um pouco diferente, consideramos, dentre portugueses e não-brancos, os sobrenomes compostos por nomes próprios, e os pais que apenas legavam seus prenomes aos filhos como *tecnônicos*. De acordo com esses agregados, verificou-se a incidência relativa, percebendo-se que as famílias de sobrenome português adotavam majoritariamente nomes próprios como sobrenome enquanto, numa proporção superior, os pais ou mães negros juntavam seus prenomes ao nome composto de seus filhos:

**Tabela – *Tecnônicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios: luso-brasileiros e pretos, pardos, morenos e mistos. (décadas 1880-1940)<sup>65</sup>**

	<i>Tecnônicos</i>	Sobrenomes compostos por nomes próprios	Total	% <i>tecnônicos</i>	%sobrenomes compostos por nomes próprios
Pretos, pardos, morenos e mistos	189	73	262	72,14	27,86
Luso-descendentes	241	331	572	42,13	57,87

**Gráfico – *Tecnônicos* e sobrenomes compostos por nomes próprios: luso-brasileiros e pretos, pardos, morenos e mistos. (décadas 1880-1940)<sup>66</sup>**



<sup>65</sup> Fonte: ver nota 62.

<sup>66</sup> Fonte: ver nota 62.



Constatada a relevância do uso de *teconônimos* entre a população negra de Conceição do Arroio no século XX, discuto sua importância para a criação de vínculos de ancestralidade com pais e avós e eventuais raízes africanas de tais práticas culturais.

*Conclusão: nomeação, raízes e rotas*

Losonczy observou que na Colômbia a memória étnica da comunidade negra é definida por dois eixos: a ascendência africana e a experiência da escravidão.<sup>67</sup> Por que, no entanto, os exemplos aqui apontados evidenciam, à primeira vista, apenas o segundo aspecto? Por que não encontrei sequer um “nome africano”, apenas tomados ao santuário católico – ao contrário dos diversos exemplos de nomes reconhecidos como tais encontrados em alguns estudos referentes às Antilhas francesas?<sup>68</sup> Seriam elas fugidias demais para adquirir registro escrito e ter-se-iam perdido, por seu exotismo, nos labirintos da oralidade? A crioulização da escravaria de Conceição do Arroio os teria levado a não se conservar? A raridade de nomes “explicitamente africanos” exprimiria a brutalidade do desenraizamento, como quer Dégras?<sup>69</sup> Não tenho respostas definitivas, mas propor a questão é um exercício saudável.

A crítica literária Priska Dégras<sup>70</sup> analisou a recorrência da temática nominal nos romances referentes à América negra. Para a autora, o desenraizamento de nomes africanos e a necessidade de adoção de outras formas de nomear configurou uma “obsessão nominal” na obra literária de nosso continente. A intelectual apresentou um aporte importantíssimo à reflexão sobre as práticas de nomeação, que pode ser de grande proveito se apropriado pelos historiadores. Partindo de Zonabend, Dégras apresentou uma proposição tão instigante e original: o nome representa uma

<sup>67</sup> LOSONCZY, Anne-Marie. *Sentirse negro*. Empreintes du passé et mémoire collective au Chocó. Annales. Histoire, Sciences Sociales. Paris, n. 3, 59e année, mai-juin, 2004, p. 598.

<sup>68</sup> GERMAIN, Robert. *Origine et Formation des Anthroponymes Antillais*. \_\_\_\_\_. Grammaire créole. Paris: Harmattan, 1981, p. 167-206. DURAND, Guillaume e LOGOSSAH, Kinvi. *Op. cit.* Os últimos autores encontraram cerca de 15% de nomes de origem identificada como africana entre aqueles adotados pela população de origem servil após a abolição de 1848. Eles observam, ainda, que essa porcentagem pode representar apenas o segmento mais visível da nomeação africana, havendo *stocks* nominais obscuros escondidos sob a oralidade pela qual se expressam. Os autores trabalham com um paradigma de aculturação, segundo o qual a utilização de nomes ocidentais seria uma crioulização tradutora de uma imposição branca, e o emprego de antropônimos africanos, a resistência cultural e a afirmação de sua negritude. No entanto, conforme desenvolverei, a família que estudei *não adotou* nomes africanos e nem por isso “aculturou-se”, residindo a “africanidade” em aspectos sutis.

<sup>69</sup> DÉGRAS, Priska. *L'obsession du nom dans le roman des Amériques*. Paris: Éditions Karthala, 2011, p. 13.

<sup>70</sup> DÉGRAS, Priska. *Op. cit.*



*metáfora da história*.<sup>71</sup> Tal assertiva parece intuída em diversos estudos, mas só recebeu uma formulação tão explícita nas palavras da autora em questão. A seguinte citação especifica melhor o que ela pretendeu com essa formulação.

Le nom, en tant que signe premier d'identité, de reconnaissance, d'appartenance, de légitimité et de continuité, porte en lui la mesure du passé et de cette durée qui n'est pas encore une conscience historique vécue comme telle mais dont le nom contient, au travers de sa forme même, la densité certaine.<sup>72</sup>

A densidade histórica evidencia que através do nome, africanos e descendentes procuraram conferir sentido ao mundo, a uma comunidade, e fazer de sua história uma narrativa significava, para além da desordem, da obscuridade, do caos, da infelicidade e do indizível representados pelo escravismo.<sup>73</sup> Embora partindo da literatura, a proposta de reflexão de Dégras extrapola o nome como uma metáfora literária. Como a própria autora esclareceu,<sup>74</sup> o nome é uma maneira empregada pelos sujeitos sociais para expressar experiências de desenraizamento e reelaboração identitária, e não apenas um recurso literário utilizado pelos intelectuais para falar daquele.

Assim, quando a autora referiu-se à história metaforizada pelo nome, não remeteu às narrações dos historiadores, e sim à história vivida pelos sujeitos sociais estudados. Entre grupos em que o acesso à palavra escrita é parcial, as formas de expressar experiências históricas são feitas através da oralidade e da memória – e os nomes são um veículo possível.

Dégras interpretou os esforços de renomeação como uma tenaz tentativa de restituir uma identidade que parece desaparecer da memória coletiva.<sup>75</sup> Viu-se que através da atribuição de nomes de ancestrais às crianças e da criação de laços de pertencimento familiar, os descendentes de escravos analisados *desafiaram* os obstáculos que limitaram o desenvolvimento de uma nova linguagem nominal. Mesmo abrindo mão ou não tendo acesso a nomes africanos ou africanizados,

<sup>71</sup> Em francês, a palavra *nom* pode referir quer aquilo que denominamos sobrenome, quer o conjunto de nome e sobrenome. Creio que a formulação proposta pela autora se refira à segunda acepção.

<sup>72</sup> DÉGRAS, Priska, *op. cit.*, p. 43. [O nome, como signo primeiro de identidade, de reconhecimento, de pertencimento, de legitimidade e de continuidade guarda em si a medida do passado e dessa duração que ainda não é uma consciência histórica vivida como tal, mas da qual o nome contém, a través de sua própria forma, a densidade certa.] Minha tradução.

<sup>73</sup> DÉGRAS, Priska, *op. cit.*, p. 38.

<sup>74</sup> Comunicação oral de Priska Dégras no dia 21 de maio de 2012 na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Seminário “Anthropologie des sociétés post-esclavagistes. Études comparées à partir de la Caraïbe et des Amériques noires”, coordenado por Jean-Luc Bonniol, Marie-José Jolivet, Anne-Marie Losonczy.

<sup>75</sup> DÉGRAS, Priska, *op. cit.* p. 40



os descendentes de escravos no litoral norte do Rio Grande do Sul – tomada essa família como metonímia – lograram *recriar* suas *ancestralidades*.

A sucessão de nomes pode ser tomada como um texto que fala de experiências históricas, da memória da escravidão e de uma maneira específica de lidar com a historicidade. Em trabalho anterior, sustentei que as formas de composição de prenomes evidenciam, da parte das famílias de ex-cativos, um esforço por construir ancestralidades no Novo Mundo, e vínculos de pertencimento e identificação com seus familiares.<sup>76</sup> Cabe especificar como tal se dava, de fato.

Dois autores ressaltaram possibilidades para a compreensão de ressignificações das práticas de nomação africanas e apropriação de códigos nominais lusos no Novo Mundo. Mais do que uma suposta “aculturação”, Slenes,<sup>77</sup> apoiado em Gilroy, afirmou que os escravos tinham “a capacidade de circular ladinamente entre tradições culturais e estratégias identitárias diferentes”. O último autor, por sua vez, realizou um jogo de palavras entre raízes e rotas – *roots and routes*, em inglês – a fim de problematizar a relação entre a origem africana e os itinerários tomados na *diáspora*. Para ele, existia uma tensão entre ambos os aspectos, que não pode ser ignorada.<sup>78</sup> Assim sendo, é apenas aparente a adoção de novos nomes na rota. Onde está, porém, a raiz?

A África pode não estar presente nos nomes empregados, mas em algo mais sutil e profundo: a linguagem, o código pelo qual os nomes são herdados e dispostos no sentido de formar *linhagens*. Não relacionei tais práticas a um estudo aprofundado das práticas nominais de povos africanos vindos para o Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX; de qualquer maneira, fica o indicativo para novas pesquisas. De qualquer forma, por ora, basta-me o reconhecimento da presença das *linhagens*.

Para Slenes, o fogo doméstico dos escravos cumpriu um papel de formação de uma identidade compartilhada, ligando vivos e mortos. Tais vínculos de ancestralidade foram formados, também, pelas práticas de nomação, que articularam linhagens para além da escravidão.<sup>79</sup> O complexo sistema nominal empregado por essa comunidade, e por mim analisado, representa um código, um idioma empregado para falar do passado, ao conectar vivos e mortos. Através dele a memória da escravidão conservou-se na identidade familiar ao longo do século XX.

<sup>76</sup> WEIMER, *op. cit.*, p. 320-332.

<sup>77</sup> SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 53.

<sup>78</sup> GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001 [tradução].

<sup>79</sup> SLENES, Robert. *Op. cit.*, cap. 4.



## Bibliografia

- BARCELLOS, Daisy M. *Família e ascensão social de negros em Porto Alegre*. 1996, Tese de doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- BARCELLOS, Daisy M.; CHAGAS, Miriam de Fátima, FERNANDES, Mariana Balen; FUJIMOTO, Nina Simone; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜLLER, Cíntia Beatriz; VIANNA, Marcelo; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Comunidade negra de Morro Alto. Historicidade, identidade e direitos constitucionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- CHAGAS, Miriam de Fátima. *Reconhecimento de direitos face aos (des)dobramentos da História: um estudo antropológico sobre territórios de quilombos*. 2005. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CORRÊA, Norton. *Os negros do Morro Alto – costumes*. Correio do Povo, Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1978.
- COTTIAS, Myriam. *Le partage du nom. Logiques administratives et usages chez les nouveaux affranchis des Antilles après 1848*. Cahiers du Brésil Contemporain, n° 53/54, 2003.
- DÉGRAS, Priska. *L'obsession du nom dans le roman des Amériques*. Paris: Éditions Karthala, 2011.
- DURAND, Guillaume e LOGOSSAH, Kinvi. *Les noms de famille d'origine africaine de la population martiniquaise d'ascendance servile*. Paris: L'Harmattan, 2002.
- FARIA, Sheila. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Tempo Niterói, vol. 11, n° 22, janeiro, 2007. p. 122-146. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=50>>. Acesso em: 31/1/2013.
- GERMAIN, Robert. *Origine et Formation des Anthroponymes Antillais*. \_\_\_\_\_ . Grammaire créole. Paris: Harmattan, 1981.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001 [tradução].
- GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro. Trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008
- GUTMAN, Herbert. *The Black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books, 1976.
- HACKENBERG, Carla Casper. *Famílias em cativeiro. Uma negociação entre escravos e proprietários na fazenda Cabussú, Rio de Janeiro (1780-1830)*. 1997. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.



HAMEISTER, Martha D. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2006.

HÉBRARD, Jean. *Esclavage et dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIXe siècle*. Cahiers du Brésil Contemporain, n° 53/54, 2003

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

LOSONCZY, Anne-Marie. *Sentirse negro*. Empreintes du passé et mémoire collective au Chocó. Annales. Histoire, Sciences Sociales. Paris, n. 3, 59e année, mai-juin, 2004.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*. Significados da Liberdade no Sudeste Escravista. Brasil, século XIX. 1ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Marcas da Escravidão. Biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. 2004. Tese de Professor Titular em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu'. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003 [original de 1938].

MÜLLER, Cíntia Beatriz. *Comunidade Remanescente de Quilombos de Morro Alto: uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de "remanescentes de quilombos"*. 2006. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Ana L. *Família e Transição (famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920)*. 1990. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTOS, Armindo dos. *Antropologia do parentesco e da família*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SCHERER, Jovani e ROCHA, Marcia (coord). *Documentos da escravidão. Catálogo seletivo de cartas de liberdade. Acervos dos tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul*. Volume 1. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/CORAG, 2006. Disponível em: <[http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1169142561.Cat\\_Sel\\_Cartas\\_Liberdade\\_Vol\\_1.pdf](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1169142561.Cat_Sel_Cartas_Liberdade_Vol_1.pdf)>. Acesso em 31 de março de 2011.

SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STAHL, Paul (org.) *Name and social structure. Examples from Southeastern Europe*. New York: East European Monographs, Boulder, Columbia University Press, 1998.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Os nomes da liberdade. Ex-escravos na Serra Gaúcha no pós-Abolição*. São Leopoldo: Oikos/ Editora da UNISINOS, 2008.



WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC, Brasília: Edunb, 1995.

ZONABEND, Françoise. Pourquoi nommer? In: BENOIST, Jean-Marie *et al.* *L'Identité. Séminaire interdisciplinaire dirigé par Claude Lévi-Strauss, professeur au Collège de France, 1974-1975*. Paris: Quadrige / PUF, 1995 [1974-1975].